



Demonstrações Financeiras 2020/2

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Minas do Rio Grande do Sul e Minas Gerais - Sicredi Sul Minas RS/MG

Assunto: Carta de Apresentação conforme disposto no Art. 45, parágrafo 3º da Resolução BCB nº 2/2020.

Anexo a este documento seguem as Demonstrações Financeiras contendo o Relatório do Auditor Independente, o Relatório da Administração, o BP, a DSP, a DMPL, a DFC, a DRA e as Notas Explicativas.

As informações presentes neste documento foram divulgadas na data de 22/03/2021, no site oficial do Sicredi (www.sicredi.com.br).

A administração da Cooperativa declara sua responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Roberto Luis Frumi
Diretor Executivo
CPF: 911.954.380-87

Tomas Pontin
Diretor de Operações
CPF: 887.801.710-87

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20





Demonstrações Financeiras 2020

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Sul Minas do Rio Grande do Sul
e Minas Gerais - Sicredi Sul Minas RS/MG**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Minas do Rio Grande do Sul e Minas Gerais - Sicredi Sul Minas RS/MG

Estação / RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Minas do Rio Grande do Sul e Minas Gerais - Sicredi Sul Minas RS/MG ("Cooperativa") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Minas do Rio Grande do Sul e Minas Gerais - Sicredi Sul Minas RS/MG em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 22 de março de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa Sicredi Sul Minas RS/MG, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A cooperativa no decorrer do exercício social de 2020 atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua, além de diversas ações sociais. Podemos destacar os seguintes negócios sociais: fomento da campanha “Eu Coopero com a Economia Local”, que visa o apoio a negócios locais; participação com o apoio e patrocínios em diversos eventos sociais e ações que resultaram em valores para entidades; doações de valores para hospitais; doações de 65 totens de álcool em gel para as Unidades Básicas de Saúde dos municípios de nossa área de atuação; patrocínio em Lives solidárias e realização de Lives sobre assuntos de educação financeira, autoestima e motivação; aporte para a realização de projetos do programa “A União Faz a Vida”; doações de alimentos para entidades, através de iniciativas do Dia C; viabilização financeira para aquisição de sistema de videomonitoramento; entre outras.

Durante este período podemos destacar os seguintes fatos administrativos: Inauguração da Agência Santo Antonio do Monte MG; Inauguração do Escritório de Negócios de Divinópolis/MG e reinauguração da Agência de Floriano Peixoto. Expansão do novo sistema de caixa, Campanha de Brindes Poupe e Ganhe. Ainda, melhoria e automações de processos para ganho de escala e agilidade no atendimento aos associados.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Coopera Cuida e Eu Coopero com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

A cooperativa atuou fortemente neste momento de crise para que as demandas dos associados fossem sempre atendidas. Dentre as ações de enfrentamento à pandemia, destacamos: -Comitê de Crise: Formado pelo Gerente de Gestão de Pessoas e Diretoria Executiva, o comitê reúne-se semanalmente para observar os acontecimentos em torno da pandemia e acompanhar as orientações vindas da Central e CAS; Realizado reuniões online com os Gerentes de agência repassando informações e orientações quanto ao nosso posicionamento. -Colaboradores: De 23/03 a 03/04 trabalhamos home office, permanecendo com trabalho presencial somente os colaboradores que desempenhavam função essencial para a manutenção das atividades; Possuímos 4 colaboradores em home office 2 em afastamento por serem grupo de risco, 25 em férias e 105 em trabalho normal em um total de 137 colaboradores; Desde o início da pandemia a disseminação de conteúdo aconteceu em 10 edições de informativos, cards e ações de compartilhamento de fotos do trabalho do home office; Disponibilizamos EPI (máscara e álcool gel) para uso do colaborador e também associados, preservando a saúde de quem circula na agência; Realizamos entrevistas online, por WhatsApp e contratamos 8 novos colaboradores. Diretoria e Presidente realizaram uma rodada de reuniões online com as agências e Sede reforçando a comunicação interna; - Ambientes: Reforçamos a limpeza dos ambientes e disponibilizamos na entrada de todos os estabelecimentos tapete com produto sanitário e dispense de álcool gel antes do acesso a agência; Fixamos cartazes informativos em locais de circulação; Intensificamos as reuniões online. -Ações Sociais: Realizamos ações sociais, buscando colaborar com a comunidade e pessoas em vulnerabilidade. Aconteceram doações espontâneas por parte dos colaboradores para entrega de cestas básicas a APAE no município de Getúlio Vargas RS direcionada as famílias dos alunos e doação para um associado que teve sua casa consumida pelo fogo; Reutilizamos uniformes na produção de máscaras para serem utilizadas por colaboradores e associados.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Minas do Rio Grande do Sul e Minas Gerais - Sicredi Sul Minas RS/MG
CNPJ/MF nº 87.784.088/0001-68

ATIVO		31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		633.388	472.628	PASSIVO		503.985	350.003
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	3.404	3.419	DEPÓSITOS	(Nota 12)	293.467	215.254
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		615.823	456.788	Depósitos à vista		81.775	45.211
Aplicações interfinanceiros de liquidez	(Nota 05)	3.089	12.968	Depósitos interfinanceiros		33.425	31.960
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	90.883	74.742	Depósitos a prazo		178.267	138.083
Centralização financeira	(Nota 04)	65.444	45.557	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		188.015	116.089
Relações interfinanceiras ativas		348	103	Relações interfinanceiras	(Nota 13)	168.880	96.532
Operações de crédito	(Nota 07)	440.595	312.023	Obrigações por empréstimos	(Nota 14)	9.913	9.863
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	15.464	11.395	Obrigações por repasses	(Nota 15)	114	-
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(15.995)	(15.937)	Outros passivos financeiros	(Nota 16)	9.108	9.694
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	3.424	2.982	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 17)	411	400
INVESTIMENTOS	(Nota 10)	12.894	12.843	OUTROS PASSIVOS	(Nota 18)	22.092	18.260
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 11)	12.282	10.813				
INTANGÍVEL	(Nota 11)	1.556	1.720	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 19)	129.403	122.625
				CAPITAL SOCIAL		47.951	46.899
				RESERVAS DE SOBRAS		79.633	71.992
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		1.819	3.734
TOTAL DO ATIVO		633.388	472.628	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		633.388	472.628

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Minas do Rio Grande do Sul e Minas Gerais - Sicredi Sul Minas RS/MG
CNPJ/MF nº 87.784.088/0001-68

Descrição das contas	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23.990	47.920	47.896
Operações de crédito (Nota 07)	22.810	45.261	46.802
Resultado títulos e valores mobiliários	1.172	2.649	1.086
Resultado das aplicações compulsórias	8	10	8
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(7.103)	(16.902)	(16.226)
Operações de captação no mercado	(2.123)	(5.309)	(7.744)
Operações de empréstimos e repasses	(3.206)	(5.802)	(4.103)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 07)	(1.774)	(5.791)	(4.379)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	16.887	31.018	31.670
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(9.214)	(17.488)	(9.702)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	6.840	13.210	11.464
Rendas de tarifas bancárias	430	875	2.466
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 22)	(8.825)	(16.830)	(15.436)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	(6.304)	(12.813)	(10.962)
Dispêndios e despesas tributárias	(157)	(369)	(346)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	2.814	6.214	9.580
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	(4.012)	(7.775)	(6.468)
RESULTADO OPERACIONAL	7.673	13.530	21.968
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(190)	(201)	673
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	7.483	13.329	22.641
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	143	(482)	(302)
Provisão para Imposto de Renda	98	(292)	(189)
Provisão para Contribuição Social	45	(190)	(113)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(745)	(1.484)	(2.353)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	6.881	11.363	19.986

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Minas do Rio Grande do Sul e Minas Gerais - Sicredi Sul Minas RS/MG

CNPJ/MF nº 87.784.088/0001-68

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	46.462	60.011	-	3.677	110.150
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(3.290)	(3.290)
Destinação para Fundo Social	-	-	-	(372)	(372)
Outras destinações	-	-	-	(15)	(15)
Capital de associados					
Aumento de capital	605	-	-	-	605
Baixas de capital	(2.885)	-	-	-	(2.885)
Resultado do período	-	-	-	19.986	19.986
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(1.494)	(1.494)
Juros sobre o capital próprio	2.717	-	-	(2.777)	(60)
Reserva legal - Estatutária	-	9.709	-	(9.709)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	2.272	-	(2.272)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	46.899	71.992	-	3.734	122.625
Mutações do Período	437	11.981	-	57	12.475
Saldos no início do período em 01/01/2020	46.899	71.992	-	3.734	122.625
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(2.955)	(2.955)
Destinações para reservas	-	-	500	(500)	-
Destinação para Fundo Social	-	-	-	(269)	(269)
Outras destinações	-	-	-	(10)	(10)
Capital de associados					
Aumento de capital	2.251	-	-	-	2.251
Baixas de capital	(2.484)	-	-	-	(2.484)
Reversões de reservas	-	-	(240)	240	-
Resultado do período	-	-	-	11.363	11.363
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(909)	(909)
Juros sobre o capital próprio	1.285	-	-	(1.312)	(27)
Reserva legal - Estatutária	-	5.638	-	(5.638)	-
Reserva de expansão - Estatutária	-	-	273	(273)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	1.197	-	(1.197)	-
Fundo Social	-	-	-	(182)	(182)
Saldos no fim do período em 31/12/2020	47.951	79.100	533	1.819	129.403
Mutações do Período	1.052	7.108	533	(1.915)	6.778
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	46.026	71.992	413	4.569	123.000
Capital de associados					
Aumento de capital	1.978	-	-	-	1.978
Baixas de capital	(1.338)	-	-	-	(1.338)
Reversões de reservas	-	-	(153)	153	-
Resultado do período	-	-	-	6.881	6.881
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(909)	(909)
Juros sobre o capital próprio	1.285	-	-	(1.312)	(27)
Reserva legal - Estatutária	-	5.638	-	(5.638)	-
Reserva de expansão - Estatutária	-	-	273	(273)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	1.197	-	(1.197)	-
Fundo Social	-	-	-	(182)	(182)
Saldos no fim do período em 31/12/2020	47.951	79.100	533	1.819	129.403
Mutações do Período	1.925	7.108	120	(2.750)	6.403

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Minas do Rio Grande do Sul e Minas Gerais - Sicredi Sul Minas RS/MG
CNPJ/MF nº 87.784.088/0001-68

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	3.858	12.989	21.054
Resultado do semestre/exercício	6.881	11.363	19.986
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(3.023)	1.626	1.068
(Reversão) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(3.490)	58	874
(Reversão) para desvalorização de outros ativos	(16)	(16)	-
Depreciação e amortização	1.243	2.298	1.619
Baixas do ativo permanente	172	184	3
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(23)	11	66
Destinações ao FATES	(909)	(909)	(1.494)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	3.962	14.397	(66.793)
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	10.314	9.879	5.053
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	3.086	(16.141)	(74.742)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	1.532	(245)	(97)
(Aumento) em operações de crédito	(127.539)	(128.572)	(66.052)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	83.572	72.348	16.074
(Aumento) em outros ativos financeiros	(4.546)	(4.069)	(3.443)
(Aumento) Redução em outros ativos	1.044	(426)	(397)
Aumento em depósitos	30.138	78.213	42.995
Aumento (Redução) em passivos financeiros	368	(586)	(66)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(46)	164	9.863
Absorção de dispêndios pelo FATES	(277)	(789)	(1.471)
Aumento em outros passivos	6.316	4.621	5.490
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	7.820	27.386	(45.739)
Aquisição de investimentos	(35)	(51)	(17)
Aquisição de imobilizado de uso	(1.640)	(3.400)	(2.909)
Aplicações no intangível	(225)	(387)	(224)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(1.900)	(3.838)	(3.150)
Integralização de capital	1.978	2.251	605
Baixa de capital	(1.338)	(2.484)	(2.885)
Fundo Social	(182)	(182)	-
Juros ao capital próprio	(27)	(27)	(60)
Distribuição de Sobras	-	(3.234)	(3.677)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	431	(3.676)	(6.017)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	6.351	19.872	(54.906)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	62.497	48.976	103.882
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	68.848	68.848	48.976

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Minas do Rio Grande do Sul e Minas Gerais - Sicredi Sul Minas RS/MG
CNPJ/MF nº 87.784.088/0001-68

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	6.881	11.363	19.986
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	6.881	11.363	19.986

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Minas do Rio Grande do Sul e Minas Gerais - Sicredi Sul Minas RS/MG ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 13/05/1981 e sede situada na Avenida Lido Tagliari, 1275, na cidade de Estação - Rio Grande do Sul. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 14 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, Internacional Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 16 de março de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 7;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação do prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 17;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que uma ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstração Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

r) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

s) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	3.404	3.419
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	65.444	45.557
Total	68.848	48.976

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 98% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
DI entre Banco e Cooperativa	-	184	2.905	3.089	12.968
Total	-	184	2.905	3.089	12.968

Total circulante	184	6.162
Total não circulante	2.905	6.806

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na adquirencia e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Mantidos até o vencimento	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Títulos de renda fixa - outros	-	1.008	2.292	3.300	-
Cotas de fundos de renda fixa	-		-	-	74.742
Cotas de fundos multimercado	87.613		-	87.613	-
(-) Provisão de desvalorização	-	(10)	(20)	(30)	-
Total	87.613	998	2.272	90.883	74.742

Total circulante	88.611	74.742
Total não circulante	2.272	-

Os títulos de renda fixa - outros referem-se as cédulas do produtor rural (CPR), cujo valor de mercado é obtido a partir da curva de juros baseada nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3 e nos spreads de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação. As operações de CPRs são realizadas com os associado desde que garantidas pela cooperativa via instrumento de carta fiança, considera-se a garantia solidária e a natureza do sistema cooperativo Sicredi para definir um único spread para todas as contrapartes.

As cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM e ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capital - ANBIMA.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2020					31/12/2019
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da carteira	Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	1.895	20.359	61.334	134.488	218.076	160.295
Financiamentos	31	3.244	18.558	35.042	56.875	26.377
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	16.189	116.132	33.323	165.644	125.351
Total das operações de crédito	1.926	39.792	196.024	202.853	440.595	312.023
Avais e fianças honrados	52	-	-	-	52	108
Devedores por compra de valores e bens	-	7	18	32	57	4
Títulos e créditos a receber	-	10.254	3.706	6	13.966	9.789
Total de outros créditos	52	10.261	3.724	38	14.075	9.901
Carteira total	1.978	50.053	199.748	202.891	454.670	321.924

Total circulante	251.779	199.932
Total não circulante	202.891	121.992

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AA	-	13.320	-	-	-
A	0,50	151.836	97.429	759	487
B	1,00	206.610	141.124	2.066	1.411
C	3,00	53.950	48.817	1.618	1.465
D	10,00	13.579	15.251	1.358	1.525
E	30,00	5.870	8.870	1.761	2.661
F	50,00	1.221	1.552	610	776
G	70,00	1.538	5.444	1.077	3.811
H	100,00	6.746	3.437	6.746	3.437
Total		454.670	321.924	15.995	15.573

Em 31 de dezembro de 2020 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 0 (dezembro de 2019 - R\$ 364).

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução 4800/20 a provisão face à perda para as operações enquadrados no Programa Emergencial de Suporte à Empregos deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 112.040 (dezembro de 2019 - R\$ 111.500) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 27). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 1.972 (dezembro de 2019 - R\$ 2.351) conforme Nota 16.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2020					31/12/2019
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	1.429	21.282	45.828	109.612	178.151	129.740
Rural	-	16.189	116.132	33.323	165.644	125.351
Industrial	32	1.565	5.326	14.205	21.128	7.979
Comércio	307	6.020	17.620	24.777	48.724	32.819
Outros serviços	210	4.997	14.842	20.974	41.023	26.035
Total	1.978	50.053	199.748	202.891	454.670	321.924

Total circulante	251.779	199.932
Total não circulante	202.891	121.992

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	64.390	14,16	49.466	15,37
50 devedores seguintes	94.742	20,84	70.390	21,87
100 devedores seguintes	74.906	16,47	55.841	17,35
Demais	220.632	48,53	146.227	45,41
Total	454.670	100,00	321.924	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	15.937	15.063
Constituição de provisão	17.248	13.095
Reversão de provisão	(11.457)	(8.716)
Movimentação de baixados para prejuízo	(5.733)	(3.505)
Saldo final	15.995	15.937

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	14.894	30.670	32.573
Financiamentos	2.391	4.586	3.816
Financiamentos rurais e agroindustriais	4.521	8.541	7.536
Outros	15	33	35
Subtotal	21.821	43.830	43.960
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	989	1.431	2.842
Total	22.810	45.261	46.802

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 9.960 (2019 - R\$ 7.990).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 07)	13.966	9.789
Rendas a receber	1.206	940
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	57	4
Créditos específicos	-	364
Avais e fianças honrados (Nota 07)	52	108
Operações com cartões	122	130
Devedores por depósitos em garantia	61	60
Total	15.464	11.395

Total circulante	15.365	11.333
Total não circulante	99	62

Os títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	1.025	729
Adiantamentos e antecipações salariais	113	44
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	789	535
Adiantamentos para Confederação Sicredi	266	276
Impostos e contribuições a compensar	21	98
Cotas de consórcio	1.174	1.251
Pendências a regularizar	21	3
Outros	15	46
Total circulante	3.424	2.982

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	879	690
Imóveis	582	586
Veículos e afins	284	104
Outros bens não de uso próprio	13	-
Despesas antecipadas	151	60
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(5)	(21)
Total circulante	1.025	729

b) Movimentação da provisão para desvalorização de bens não de uso:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(21)	(21)
Constituição de provisão	(1)	-
Reversão de provisão	17	-
Saldo final	(5)	(21)

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	6.343	6.329
Sicredi Participações S.A.	6.550	6.513
Outras participações e investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	12.894	12.843

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	2.125.203 ON	2.116.825 ON	1	1	6.342.818	6.329.414
	4.425.092 PN	4.407.637 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,56%	0,62%	0,62%	0,62%	1,56%	1,62%
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	406.094	389.851
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	416.563	400.409
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	-	5
Valor do investimento	6.550	6.513	1	1	6.343	6.329

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	17.694	(5.412)	12.282	10.813
Imobilizações em curso	-	459	-	459	138
Terrenos	-	16	-	16	16
Edificações	4%	4.888	(1.004)	3.884	4.027
Instalações	10%	741	(308)	433	448
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	3.985	(969)	3.016	2.614
Móveis e equipamentos	10%	3.570	(1.162)	2.408	1.972
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	753	(188)	565	409
Equipamentos de processamento de dados	20%	2.757	(1.363)	1.394	1.028
Veículos	20%	525	(418)	107	161
Intangível		4.503	(2.947)	1.556	1.720
Investimentos Confederação		4.503	(2.947)	1.556	1.720

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	81.775	-	-	81.775	45.211
Depósitos interfinanceiros	587	28.664	4.174	33.425	31.960
Depósitos a prazo	3.680	12.441	162.146	178.267	138.083
Total	86.042	41.105	166.320	293.467	215.254
Total circulante				127.147	63.676
Total não circulante				166.320	151.578

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasse interfinanceiros	168.880	96.532
Total	168.880	96.532

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	16.074	111.116	30.150	157.340	96.532
Total - Recursos do Crédito Rural	16.074	111.116	30.150	157.340	96.532
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	11.540	11.540	-
Total - Outros Recursos	-	-	11.540	11.540	-
Total	16.074	111.116	41.690	168.880	96.532
Total circulante				127.190	92.051
Total não circulante				41.690	4.481

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 15/11/2030, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

As obrigações por repasses interfinanceiros são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A. Sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	56	9.857	9.913	9.863
Total	-	56	9.857	9.913	9.863
Total circulante				56	6
Total não circulante				9.857	9.857

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	10	35	69	114	-
Total	10	35	69	114	-
Total circulante				45	-
Total não circulante				69	-

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 01/07/2023.

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	1.972	2.351
Juros instrumentos de dívida elegíveis a capital - Cooperativas	169	372
Recursos em trânsito de terceiros	767	771
Total circulante	2.908	3.494
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Cooperativas	6.200	6.200
Total não circulante	6.200	6.200
Total	9.108	9.694

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

Os instrumentos de dívida elegíveis a capital referem-se a contratos de letra financeira emitidas com cláusula de subordinação firmados em janeiro de 2018 com vencimento em janeiro de 2025 com o objetivo de ampliar o patrimônio de referência da cooperativa.

NOTA 17 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista	Provável	394	388
Cível	Provável	17	12
Total não circulante		411	400

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Trabalhista	388	404	(398)	394
Cível	12	30	(25)	17
Total não circulante	400	434	(423)	411

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 0, R\$ 0 e R\$ 73 (dezembro de 2019 - R\$ 60; R\$ 10 e R\$ 73), respectivamente.

NOTA 18 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	13.611	9.609
Provisão para pagamentos a efetuar	1.374	1.230
Cotas de capital a pagar	1.825	1.572
Provisão para participações nos lucros	1.273	2.430
Fundo de assistência técnica, educacional e social	1.614	1.493
Demais fundos constituídos	182	-
Impostos e contribuições a recolher	944	699
Credores diversos	655	649
Cheques administrativos	560	278
Cobrança e arrecadação de tributos	-	142
Pendências a regularizar	54	158
Total circulante	22.092	18.260

As operações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	47.951	46.899
Total de associados	23.537	21.224

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 1.052 (2019 – R\$ 437), sendo R\$ 1.285 (2019 – R\$ 2.717) via integralização de resultados e R\$ 2.251 (2019 – R\$ 605), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.484 (2019 – R\$ 2.885).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 2,84% em Conta Capital, no montante de R\$ 1.312, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 65% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 10% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;
- 3% para a Reserva de Expansão; destinada a promover ações que visem o fomento, a expansão e consequentemente o desenvolvimento do sistema de crédito cooperativo, nos municípios que fazem parte da área de atuação da cooperativa;
- 2% para a constituição do Fundo Social; destinado a atender as ações sociais de interesse coletivo que contribuam para o desenvolvimento das comunidades na área de ação da cooperativa;

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 20 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	13.329	22.642
Participação nas sobras	(1.484)	(2.354)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	11.845	20.288
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(4.738)	(8.115)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	3.687	6.562
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	525	1.111
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	2	116
Demais adições e exclusões previstas na legislação	42	24
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(482)	(302)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	3.089	12.968
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	90.883	74.742
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	65.444	45.557
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	987	758
Outros ativos (Nota 09)	266	293
Investimentos (Nota 10)	12.894	12.843
Intangível (Nota 11)	1.556	1.720
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	33.425	31.960
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	168.880	96.532
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	9.913	9.863
Outros passivos (Nota 18)	13.078	9.518
Principal e juros dívida subordinada (Nota 16)	6.369	6.572
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	2.649	1.086
Ingressos e receitas de prestação de serviços	7.311	6.485
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	1.857	5.252
Receita não operacional - Doação SFG	-	626
Despesas		
Operações de captação no mercado	982	280
Operações de empréstimos e repasses	5.802	4.103
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	297	770
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	3.568	3.465

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	558	0,68%	139
Depósitos a prazo	518	0,29%	151
Operações de crédito	5.284	1,20%	3.798

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	2.070	2.238

NOTA 22 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	5.149	9.889	8.991
Benefícios	1.605	3.127	2.739
Encargos sociais	2.055	3.786	3.639
Treinamentos	16	28	67
Total	8.825	16.830	15.436

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	202	403	332
Aluguéis	547	998	816
Comunicação	286	531	618
Manutenção e conservação	537	1.006	854
Material de expediente	89	169	190
Processamento dados	208	372	254
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	742	1.495	886
Serviços do sistema financeiro	393	743	603
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	599	1.017	917
Serviços de vigilância e segurança	506	968	841
Serviços de transportes	136	317	379
Depreciação	931	1.747	1.174
Amortização (Rateio Confederação)	312	551	445
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	277	789	1.675
Fundo social	44	269	-
Emolumentos e taxas diversas	27	247	298
Outras despesas administrativas	468	1.191	680
Total	6.304	12.813	10.962

NOTA 24 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES	277	789	1.471
Utilização de fundo social	44	269	-
Recuperação de encargos e despesas	398	517	769
Ingressos depósitos intercooperativos	608	1.559	4.946
Reversão de provisões operacionais	678	1.321	1.147
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	475	973	983
Reversão de provisões para passivos contingentes	23	423	106
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	57	57	-
Outras rendas operacionais	254	306	158
Total	2.814	6.214	9.580

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 25 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	540	1.009	460
Contribuições Cooperativistas	71	143	131
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	87	204	229
Contribuição Confederação Sicredi	1.471	2.743	2.579
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	170	298	267
Encargos da administração financeira	-	1	28
Repasse Administradora de Cartões	-	31	89
Provisões para garantias financeiras prestadas	367	594	655
Provisões para passivos contingentes	-	434	172
Outras provisões operacionais	567	1.087	997
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	375	618	400
Risco operacional	130	182	114
Juros e comissões	2	3	13
Outras despesas operacionais	232	428	334
Total	4.012	7.775	6.468

NOTA 26 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	6.881	11.363	19.986
Eventos não recorrentes	-	-	626
Resultado recorrente	6.881	11.363	19.360

NOTA 27 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	112.023	111.464
Coobrigações em cessões de crédito	17	36
Total	112.040	111.500

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 28 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 29 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	132.942	127.477
Nível I (NI)	127.847	120.905
Capital principal - CP	127.847	120.905
Capital social	47.951	46.899
Reservas de capital	79.633	71.992
Lucros acumulados	1.819	3.734
Ajustes Prudenciais	(1.556)	(1.720)
Nível II (NII)	5.095	6.572
Letras Financeiras e Dividas Subordinadas	5.095	6.572
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	555.492	447.581
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.796	411
Margem de Capital	79.762	80.070
Índice de Basileia (PR / RWA)	23,93%	28,48%
Situação de Imobilização (Imob)	12.283	10.814
Índice de Imobilização (Imob / PR)	9,24%	8,48%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 30 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Roberto Luis Frumi
Diretor Executivo
CPF: 911.954.380-87

Tomas Pontin
Diretor de Operações
CPF: 887.801.710-87

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20

